

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CLEUDILENE FERRAZ LIMA (VIOLETA)
MANUELLE OLIVEIRA DE MATOS

**PROJETO EXPERIMENTAL: GUIA DE *MEDIA TRAINING* PARA FONTES
OFICIAIS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

São Luís – MA
2025

**CLEUDILENE FERRAZ LIMA (VIOLETA)
MANUELLE OLIVEIRA DE MATOS**

**PROJETO EXPERIMENTAL: GUIA DE *MEDIA TRAINING* PARA FONTES
OFICIAIS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

Projeto experimental para obtenção de grau em bacharel em Comunicação Social - Habilitação em jornalismo sob orientação da Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura

São Luís – MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferraz Lima, Cleudilene.

Projeto experimental: GUIA DE MEDIA TRAINING PARA
FONTES OFICIAIS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL / Cleudilene
Ferraz Lima, Manuelle Oliveira de Matos. - 2025.
69 f.

Orientador(a): Flávia de Almeida Moura.

Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade
Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Trabalho Escravo Contemporâneo. 2. Fontes
Oficiais. 3. Media Training. I. de Almeida Moura,
Flávia. II. Oliveira de Matos, Manuelle. III. Título.

**CLEUDILENE FERRAZ LIMA (VIOLETA)
MANUELLE OLIVEIRA DE MATOS**

**PROJETO EXPERIMENTAL: GUIA DE *MEDIA TRAINING* PARA FONTES
OFICIAIS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

Projeto experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Aprovado em 25/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Flávia de Almeida Moura (Orientadora)
Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^a. M^a. Amarilis Cardoso Santos (examinadora 1)
Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Bruno Soares Ferreira (examinador 2)
Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

Eu, Manuelle, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta importante etapa acadêmica. Em primeiro lugar, quero dedicar este trabalho à minha avó materna, Rosa Maximino, uma mulher de força incomparável e exemplo de superação. Ela, que só foi alfabetizada na fase adulta, sempre compreendeu o poder transformador da educação e sempre incentivou seus filhos e netos a buscar uma vida melhor por meio dos estudos.

Agradeço também à minha tia Gesiane Batista e ao meu tio, Eduardo Batista, que sempre estiveram ao meu lado, prontos para me ajudar e me apoiar em todos os momentos e dificuldades que surgiram. Quero destacar meu tio Dudu, que foi o primeiro da nossa família a ingressar em um mestrado, abrindo caminhos e servindo de exemplo para todos nós.

Ao meu noivo e futuro marido, Mateus Cantanhede, por acreditar em mim, pela paciência, por prestar apoio incondicional e ajuda em todos os momentos difíceis que foram essenciais para que eu não desistisse nessa árdua caminhada.

Por fim, agradeço a todos os amigos da graduação, que tornaram essa caminhada muito mais leve; aos professores, em especial à nossa orientadora, Dr.^a Flávia Moura, por acreditar em nosso produto e nos orientar com dedicação, mesmo diante de um período curto e cheio de desafios; à minha companheira de trabalho, Violeta Ferraz, pela paciência e apoio incondicional; e a todos os familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta conquista. De coração, muito obrigada!

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”
Josué 1:9

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por em todo esse percurso como aluna da Universidade Federal do Maranhão, ter me dado amparo, consolo e força.

Agradeço infinitamente aos meus pais, que mesmo não tendo concluído seus estudos sempre reforçaram a importância do ensino para a construção da minha vida e dos meus irmãos. Maridete de Jesus Rodrigues Ferraz, jamais esquecerei todos os sacrifícios feitos por mim, você tem meu amor eterno. Elzimar de Sousa Lima, obrigada pelos ricos conselhos, e toda ajuda, tens meu amor infindável.

Obrigada aos meus irmãos, cunhada, sobrinha, tias, primas, sobrinhos, tios e amigos que contribuíram para essa etapa importante em minha vida. Obrigada a Marcelle Costa e Alberto Amorim por serem uma fonte de extrema ajuda.

Obrigada em especial as professoras Amarilis Cardoso e Flávia Moura que muito contribuíram para esse projeto e obrigada ao professor Bruno Ferreira. Destaco ainda minha gratidão à minha colega de trabalho Manuelle Matos.

Externo minha gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

“Um atalho para se tornar Hokage? Não existem caminhos fáceis para se tornar Hokage” (BORUTO, 2017, episódio 18).

RESUMO

Este estudo busca desenvolver um guia voltado para fontes oficiais que abordam o tema do trabalho escravo no Brasil, considerando as questões envolvidas, bem como as dificuldades e barreiras enfrentadas por instituições governamentais e não governamentais. O objetivo é contribuir para a melhoria da cobertura e da representação do tema pela mídia. A pesquisa se baseia em um arcabouço teórico-metodológico fundamentado em autores do campo da Comunicação, especialmente nas teorias do jornalismo sobre os critérios de noticiabilidade, com ênfase nos conceitos de relevância, negatividade e personalização, descritos por Nelson Traquina (2005), além do conceito de representação, desenvolvido por Stuart Hall (2010). A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica e documental (Cellard, 2008) para a construção de um panorama histórico do combate ao trabalho escravo no Brasil e no Maranhão. Além disso, foi realizada uma pesquisa empírica baseada em trabalho de campo (Oliveira, 1996), com entrevistas semiestruturadas coletivas envolvendo representantes de instituições que compõem a rede de combate ao trabalho análogo à escravidão no Maranhão. A partir das dificuldades identificadas nessas entrevistas, propõe-se a elaboração do primeiro Guia de *Media Training* para Fontes Oficiais do Trabalho Escravo no Brasil, com o intuito de aprimorar a comunicação dessas instituições com a mídia.

Palavras-chaves: Trabalho escravo contemporâneo, fontes oficiais, guia, *media training*, representação.

ABSTRACT

This study aims to develop a guide for official sources addressing the issue of slave labor in Brazil, considering the related challenges as well as the difficulties and barriers faced by governmental and non-governmental institutions. The objective is to contribute to improving media coverage and representation of the topic. The research is based on a theoretical-methodological framework grounded in authors from the field of Communication, particularly journalism theories on newsworthiness criteria, with an emphasis on the concepts of relevance, negativity, and personalization, as described by Nelson Traquina (2005), in addition to the concept of representation developed by Stuart Hall (2010). The adopted methodology includes bibliographic and documentary research (Cellard, 2008) to construct a historical overview of the fight against slave labor in Brazil and Maranhão. Additionally, an empirical study was conducted based on fieldwork (Oliveira, 1996), involving semi-structured collective interviews with representatives of institutions that are part of the network combating conditions analogous to slavery in Maranhão. Based on the difficulties identified in these interviews, the study proposes the development of a *Media Training* Guide for Official Sources on Slave Labor, aiming to enhance these institutions' communication with the media.

Keywords: Contemporary slave labor, official sources, guide, *media training*, representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasil cria políticas para combater o trabalho escravo	18
Figura 2 – Brasil ocupa a 11ª posição no ranking mundial de trabalho escravo	20
Figura 3 – Dados sobre o número de Trabalhadores resgatados no Maranhão	22
Figura 4 – Capa do I Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo	24
Figura 5 – Capa do II plano estadual para a erradicação do trabalho escravo	25
Figura 6 – Capa do manual <i>Mídia Training: capacitação para fontes de notícias</i>	31
Figura 7 – Capa do manual que aborda os media training para PPDDH	32
Figura 8 – Cresce o número de denúncias de trabalho escravo em Bauru	36
Figura 9 – Sete trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Ceará	37
Figura 10 – Brasil bate recorde de resgate de vítimas de trabalho escravo	37
Figura 11 – Operação resgate de trabalhadores no Maranhão	38
Figura 12 – Entrevista com fonte oficial do TRT sobre trabalho escravo	39
Figura 13 – Transporte usado pelo adolescente para trabalhar diariamente	40
Figura 14 – Alojamento de Indígenas resgatados de escravidão no MS	41
Figura 15 – Na fazenda Água Buena foi encontrada condições degradantes	42
Figura 16 – Casa onde estavam os argentinos resgatados da escravidão	43
Figura 17 – Porrete usado para disciplinar os fiéis da seita religiosa	44
Figura 18 – Interface do guia rápido para jornalistas sobre trabalho escravo	45
Figura 19 – Seção do guia citado sobre o histórico do trabalho escravo no Brasil	45
Figura 20 – Dados sobre a evolução de vítimas de trabalho escravo	46
Figura 21 – Capa do manual como comunicar a escravidão contemporâneo	47
Figura 22 – Convite para entrevista via Google Meet	49
Figura 23 – Reunião online com fontes oficiais do trabalho escravo	50
Figura 24 – Detalhes sobre o formato Widescreen	63
Figura 25 – Paleta de cores do guia proposto	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre a entrevista coletiva	54
Tabela 2 – Esquematização das respostas da entrevista coletiva	58
Tabela 3 – Principais dificuldades das fontes oficiais entrevistadas	59
Tabela 4 – Soluções para o relacionamento com a mídia das fontes entrevistadas	60
Tabela 5 – Orçamento para versão impressa do guia	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PF	Polícia Federal
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
TRT-MA	Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
ONGs	Organizações não governamentais
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
GERTRAF	Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
SEDIHC	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania
COETRAE/MA	Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão
SMARTLAB	Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL.....	16
2.1 Contexto histórico.....	16
2.2 Definições sobre a escravidão contemporânea e ações de combate.....	17
2.3 Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão.....	21
3 MÍDIA E TRABALHO ESCRAVO.....	27
3. 1 <i>Media Training</i> para fontes oficiais de trabalho escravo.....	29
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1 Caracterização do objeto empírico.....	34
4.2 Apresentação das reportagens escolhidas.....	35
4.3 Manuais para cobertura jornalística com a temática do trabalho escravo.....	44
4.4 Entrevista coletiva online.....	48
5. RESULTADOS PRELIMINARES E CONSTRUÇÃO DO GUIA DE <i>MEDIA TRAINING</i>.....	51
5.1 Algumas reflexões a partir das reportagens escolhidas.....	51
5.2 Principais apontamentos da entrevista coletiva.....	57
5.3 Apresentação do produto.....	60
5.3.1 Produção do Designer.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
Apêndice.....	69

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o presente trabalho se deve à proximidade dele com as atividades realizadas nos estágios que as autoras ocuparam durante a graduação em Jornalismo. Cleudilene Ferraz (Violeta) realizou estágio na Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), entre 2023 e 2025, e Manuelle Oliveira, foi estagiária do Ministério Público Federal (MPF) nos anos de 2022 e 2023.

O contato direto com a temática ocorreu por meio da produção de releases sobre ações de resgate de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão; o que despertou nosso interesse pelo estudo da área e motivou a escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso. Além disso, a cooperação institucional entre o MPT e o MPF reforça o cumprimento de políticas públicas de combate ao trabalho escravo; o que trouxe uma bagagem fundamental para a abordagem no desenvolvimento do nosso estudo.

Diante da análise da necessidade de fornecer às fontes oficiais ferramentas e estratégias para uma comunicação mais eficaz, a ausência de uma cobertura adequada pode ser atribuída, em parte, à falta de preparo e treinamento das fontes oficiais que reportam acerca da temática. Essa dificuldade de qualificar as fontes têm impacto no modo de produção de reportagens acerca da temática, resultando em produções jornalísticas superficiais.

Compreende-se que a ausência de um material direcionado pode dificultar a preparação de fontes oficiais, como representantes de ONGs, autoridades governamentais e pesquisadores, para interações com a mídia. Ao aprimorar a qualidade das informações transmitidas e como são apresentadas, permite-se aumentar a conscientização pública e fomentar uma cobertura mais aprofundada e precisa sobre o tema.

Para tanto, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo início com uma revisão bibliográfica, que explora os principais conceitos necessários para a construção do campo investigado, e avança por meio de uma pesquisa documental (Cellard, 2008), na qual trazemos dez reportagens que servem de ilustração, contextualizando com as teorias do

jornalismo sobre os critérios de noticiabilidade, conceituados por Nelson Traquina (2005), e o conceito de representação, desenvolvido por Stuart Hall (2010).

Além disso, realizamos um levantamento documental que identificou dois manuais voltados para jornalistas sobre a cobertura da temática do trabalho escravo no Brasil. Adotamos também uma abordagem empírica, fundamentada no trabalho de campo (Oliveira, 1996), utilizando a técnica de entrevista semiestruturada, conduzida de forma coletiva com representantes de entidades governamentais e não governamentais. Com base nos elementos verificados nas entrevistas, propomos a construção de um Guia de *Media Training* para fontes oficiais que atuam no combate ao trabalho escravo no Brasil.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Dessa maneira, o estudo estrutura-se pela introdução e mais quatro capítulos. O capítulo 2 lança mão primeiramente sobre as definições de trabalho escravo de Esterici (1994), além de trazer uma recuperação histórica, com dados sobre o trabalho escravo no Maranhão e abordando ações de erradicação dessa prática tanto no âmbito legislativo quanto da esfera do executivo maranhense, referente aos planos estaduais de erradicação e outras ações de combate.

O capítulo 3 apresenta a definição de mídia a partir do conceito Marshall McLuhan (1964), contextualiza como a cobertura jornalística influencia a percepção social sobre o tema e contribui para denúncias e alterações legislativas. Segue com uma apresentação do conceito de *Media Training* e também apresenta manuais para jornalistas, sugerindo a criação de um guia específico para fontes oficiais da temática, o que é algo inédito.

Já no capítulo 4, abordamos os caminhos metodológicos deste estudo. Primeiramente, apresentamos a revisão bibliográfica e, em seguida, expomos o *corpus* documental, que inclui reportagens de veículos como TV Globo, G1 e Repórter Brasil, permitindo uma análise comparativa das diferentes abordagens midiáticas sobre o tema. O estudo também detalha dois manuais elaborados para jornalistas, ressaltando a relevância dos documentos escritos como fontes de pesquisa, conforme apontado por Cellard (2008). Por fim, apresentamos as

entrevistas realizadas via Google Meet com representantes do combate ao trabalho análogo à escravidão no estado.

O capítulo 5 apresenta os principais apontamentos dos entrevistados no capítulo anterior, destacando os resultados das entrevistas coletivas e suas contribuições para o desenvolvimento do produto. Além disso, traz um panorama geral das reportagens analisadas. Em seguida, é apresentado o nosso produto final, o guia, detalhando seu processo de criação, a definição do design e as formas de distribuição. A peça prática pode ser acessada [AQUI](#).

E para finalizar, nas considerações finais, recuperamos os objetivos da pesquisa e os pontos de análise mais relevantes. Também destacamos como o guia pretende auxiliar no preparo das fontes oficiais envolvidas no combate ao trabalho escravo contemporâneo, além de contribuir para a melhoria da cobertura midiática e da representação desse grave fenômeno social.

2. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Este capítulo apresenta o contexto das definições de trabalho escravo no Brasil, trazendo uma recuperação histórica e abordando ações de erradicação dessa prática. Além disso, expõe o cenário sobre o trabalho escravo no estado do Maranhão.

2.1 Contexto histórico

As raízes do trabalho escravo no Brasil estão diretamente ligadas ao passado escravocrata de colonização. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão, e durante mais de 300 anos, o território brasileiro foi marcado por uma economia baseada na exploração da mão de obra dos povos indígenas e após de africanos trazidos pelo tráfico negreiro.

Com a chegada dos portugueses ao país, no ano de 1500, os estrangeiros passaram a explorar a mão de obra indígena para a extração do Pau-Brasil e para a produção rural. Nesta época ocorreu muitos fatores que fizeram com que essa escravidão fosse enfraquecida como a resistência dos próprios indígenas, a taxa de mortalidade dos povos originários decorrente de doenças transmitidas pelos navegantes, a luta dos jesuítas em defender os indígenas para a conversão ao cristianismo, além da dificuldade de controlá-los.

Tais impasses foram o motivo de haver a importação em massa de pessoas negras e africanas, a partir de 1538, para serem exploradas de todas as maneiras no país. A escravidão para eles era tão desumana que eram vendidos como se fossem meras mercadorias, além de sofrerem severas punições com açoites.

Apesar de a escravidão ter sido oficialmente abolida em 1888, há mais de 136 anos ela persiste de forma degradante, afetando milhares de trabalhadores em diferentes regiões do país e do mundo, e as sequelas desse período vexatório são evidentes até hoje com o legado da desigualdade social, discriminação racial e práticas laborais abusivas que persistem em permear a nossa sociedade.

No Brasil, a manifestação contemporânea do trabalho escravo não se caracteriza pelo uso de correntes e grilhões, como ocorria no período colonial. Em vez disso, o problema é exposto em situações como condições de trabalho precárias, jornadas exaustivas, restrição da liberdade, servidão por dívidas,

ocasionando o aprisionamento ao local de trabalho, além de outros episódios que se configuram como uma violação dos direitos humanos.

2.2 Definições sobre a escravidão contemporânea e ações de combate

Segundo a autora Neide Esterci (1994) na tentativa de conceituar e caracterizar o trabalho escravo contemporâneo, é necessário compreender os significados atribuídos a termos que vão além de apenas entender as palavras ou conceitos, é preciso desvendar seus significados, o que é um exercício de análise crítica que expõe as dinâmicas de opressão e resistência presentes nas relações sociais. Ela enfatiza ainda que:

Identificar os significados dos diferentes usos dos termos é, portanto, mais do que lidar com nomes: é desvendar as lutas que se escondem por detrás dos nomes - lutas essas em torno da dominação, do uso repressivo da força de trabalho e da exploração (ESTERCI, 1994, p. 22).

Desta maneira, a autora menciona também que o trabalho escravo pode ser entendido como todas as formas de exploração em que há imobilização da mão de obra por meio da coação física ou moral, da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços (Esterci, 1994).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição que acompanha e monitora mundialmente as diversas formas de exercício do trabalho escravo, define, em sua Convenção n.º 29, o trabalho escravo como todo serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não se tenha oferecido espontaneamente (OIT, 1930).

Mesmo com o apoio da legislação, alguns processos envolvendo casos de trabalhadores vítimas de exploração padecem com a demora das soluções judiciais. Um exemplo é o caso do trabalhador José Pereira Ferreira, divulgado pelo Ministério Público Federal (MPF), cujo desfecho ocorreu apenas em 2022. O episódio aconteceu em 1989 e, na época com 17 anos apenas, foi levado a uma fazenda localizada na cidade de Sapucaia, no estado do Pará, onde se deparou com um sistema de trabalho forçado sob vigilância armada.

Ele foi submetido à condição de escravidão, juntamente com outros 60 trabalhadores. Ao tentar fugir da situação de servidão, José e um colega foram alvejados por capangas que faziam a segurança da fazenda. O trabalhador

sobreviveu ao ataque ao fingir-se de morto, mas sofreu graves sequelas: perdeu um olho e a mão direita.

O caso foi denunciado em 1994 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pelas organizações Américas Watch e Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL). Em 2003, o Brasil assumiu, perante a CIDH, o compromisso de implementar uma série de medidas legislativas e administrativas para combater o trabalho escravo contemporâneo em seu território, posteriormente foi lançado o Plano de Erradicação do Trabalho Escravo, conforme noticiado na figura abaixo.

Figura 1 – Brasil cria políticas para combater o trabalho escravo



Fonte: Jornal do Comercio (2004)

Até os dias atuais, o caso de José Pereira é lembrado como um símbolo do combate ao trabalho escravo no Brasil, representando a luta por justiça e dignidade para as vítimas dessa grave violação dos direitos humanos.

Conforme o Código Penal Brasileiro, a condição análoga à escravidão é caracterizada como:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. (BRASIL, 1940, art. 149).

De acordo com resultados da plataforma Smartlab¹, a OIT define as seguintes áreas como as mais comuns no caso de trabalho forçado: agropecuária, carvoeira, mineradora, madeireira e usina de álcool e açúcar. E também que, menciona que de 1995 a 2022, os municípios que apresentaram alta incidência anual de resgates foram São Félix do Xingu–PA, Açailândia–MA, Marabá–PA e São Paulo–SP.

Com efeito, é muito frequente o aliciamento de trabalhadores com propostas de trabalho por homens apelidados de “gatos”, responsáveis por atrair o trabalhador para exercer funções em outras localidades, com falsas promessas de excelentes salários e acomodações. Eles são os responsáveis por intermediar a mão de obra, ou seja, o empregado até o patrão. Nestas situações, o trabalho escravo se caracteriza quando o empregador, usando ameaças, mantém os trabalhadores em sua propriedade e lhes vende produtos, que geralmente são alimentos e vestuários, por preços elevados; o que faz com que os mesmos contraiam “dívidas” e passam a dever os patrões.

Além do que, os chamados “escravos da precisão”, conforme menciona Moura (2009), são recrutados em localidades marcadas pela miséria e com extrema vulnerabilidade social. Assim, os trabalhadores são seduzidos com promessas duvidosas para trabalhar em localidades distantes de suas residências de origem, por consequência, são presos no incidente da atividade servil.

Além disso, embora seja mais comum em áreas rurais, o trabalho escravo contemporâneo também ocorre em zonas urbanas. Como prova, o Ministério Público do Trabalho da 15ª região (MPT-15). Em abril de 2023, o MPT relatou que quatro trabalhadores bolivianos foram resgatados de condições análogas à escravidão na produção de confecção de roupas na cidade de Americana, no estado de São Paulo.

A Pesquisa Internacional do grupo Walk Free intitulada como “Índice Global de Escravidão 2023” mostrou o resultado de dados coletados de 160 países, onde 1.053.000 pessoas vivem em um cenário de escravidão contemporânea. O indicativo destacou os números expressivos das vítimas de escravidão no Brasil, observe a ilustração.

¹ **ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)**. Pesquisa encontrada em Série SmartLab de Trabalho Decente: Cerca de 60 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo entre 1995 e 2022 no Brasil. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/serie-smartlab-de-trabalho-decente-cerca-de-60-mil-pessoas-foram-resgatadas>.

Figura 2 – Brasil ocupa a 11ª posição no ranking mundial de trabalho escravo

Fonte: Própria (2025)

Para destacar ainda a relevância desse grave problema social, dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, disponível na plataforma Smartlab, revelou que, entre os anos 1995 até 2023, 63.516 pessoas foram resgatadas de condições de trabalho análogas à escravidão no Brasil, tendo como média de resgates por ano o número de 2.104 pessoas.

Sabendo dessa realidade, o combate ao trabalho escravo no país ganhou fôlego a partir do ano de 1995, logo após o caso de José Pereira ter sido amplamente divulgado. O Brasil foi um dos primeiros países perante a OIT a reconhecer esse fenômeno e, nesse mesmo ano, foi criado o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), cuja finalidade foi coordenar e implementar as providências necessárias à repressão ao trabalho forçado.

Após 2003, foram incrementadas ações para a “repressão” do trabalho escravo, sendo originada então a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), formado por fiscais, procuradores, auditores do trabalho e policiais federais, que atende denúncias em todo o país que elaborou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Conseqüentemente também foi instituído o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho, formado por auditores fiscais do trabalho, com o apoio de membros do MPT, MPF, da Defensoria Pública da União (DPU) e das Polícias Federal (PF) e Polícia Rodoviária (PR), responsável pela investigação e autuação dos infratores.

Outra iniciativa para fortalecer as organizações governamentais, não governamentais e internacionais que atuam na repressão à escravidão foi a produção da Plataforma SmartLab, em 2017. Uma iniciativa conjunta entre o MPT e a OIT visando promover o acesso a dados e informações sobre trabalho decente no Brasil, com foco em temas como trabalho escravo, trabalho infantil, acidentes de trabalho e outros indicadores de vulnerabilidade social.

2.3 Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão

O Maranhão é o segundo maior estado da região Nordeste do Brasil e possui mais de 6,7 milhões de habitantes, consoante o último censo do Instituto Brasileiro de Pesquisa (PNUD,2022). Na economia, destaca-se a indústria de transformação e a agricultura, liderada pelo agronegócio.

A pesquisa destacou que o Maranhão ocupa o 1º lugar no ranking de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² no país. Muitos maranhenses têm o valor de R\$945 como rendimento nominal mensal domiciliar, possuindo o segundo menor salário entre todos os estados do país.

No estado, muitas pessoas lutam pela sobrevivência diária em meio à extrema pobreza, muitos morando em casas feitas por barro, outras por palafitas, sendo um sistema construtivo de casas feitas de tábuas levantadas a distantes alturas do solo, localizadas em regiões alagadiças cuja função é evitar que sejam arrastadas pela correnteza das águas.

Na visão de Figueiredo (2024), o Maranhão, infelizmente, figura entre os estados com menor IDH do país, apontando para a existência de problemas sérios relacionados à educação e à renda das pessoas. Ele enfatiza que quanto menos qualificados os trabalhadores e quanto menos recursos financeiros às famílias disponham para atender às suas necessidades básicas, mais grave é o quadro de

² **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Dados do IBGE disponíveis em: IBGE | Cidades@ | Maranhão | Pesquisa | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>.

vulnerabilidade da população. Esse grupo vulnerável, não vislumbrando um cenário de melhora em suas condições de vida e de sua família em sua terra natal, tende a aceitar propostas de trabalho fora do estado, na esperança de conseguir um emprego de qualidade (informação verbal)³.

Todas as situações citadas levam o estado a expandir males como o trabalho escravo, que como já foi citado, é resultado de dificuldades sociais como o acesso à escola, alternativas de geração de renda em suas cidades de origem; tornando homens e mulheres vulneráveis a péssimas condições de trabalho.

Para escancarar essa realidade no Maranhão, o Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas revelou que 3.729⁴ maranhenses foram resgatadas de condições análogas à escravidão, entre os anos de 1995 até 2023 no estado. Tendo como média anual o número de 128 padecentes ludibriados por propostas de emprego e que, quando chegam no local de trabalho, deparam-se com várias situações abusivas, veja abaixo a ilustração.

Figura 3 – Dados sobre o número de Trabalhadores resgatados no Maranhão



*Dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas (Smartlab) até o ano de 2023

Fonte: Própria (2025)

³ Informação fornecida pelo procurador do Trabalho Rafael Mondego Figueiredo em 08/10/2024.

⁴ **SMARTLAB**. Dados sobre trabalho escravo por localidade – Maranhão. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/21>.

Um instrumento valioso para a temática é a “Lista Suja” criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003, a qual é atualizada semestralmente e tem como finalidade tornar público os nomes de pessoas físicas (empregadores) e jurídicas (empresas), que submeteram seus trabalhadores a condições semelhantes à escravidão.

Segundo a Lista Suja,⁵ no momento, são 42 empregadores maranhenses incluídos na relação e 235 trabalhadores resgatados no estado, entre os anos de 2021 e 2024. Os prestadores de serviços fazem parte de diversas áreas como fazendas, pedreiras, unidades de produção de carvão, indústrias de alimentos e empreendimentos, sendo as fazendas o local mais regular (MTE, 2024).

Por constarem na Lista Suja, os empregadores podem sofrer danos como restrição ao acesso a linhas de crédito, indenização às vítimas por dano moral, entre outras penalidades referentes ao trabalhador.

Sobre esse assunto, mais recentemente, em dezembro de 2024, foi deflagrada a operação ⁶Liberdade e Dignidade no Maranhão, que resultou no resgate de 19 trabalhadores. A força-tarefa aconteceu em duas etapas na zona rural dos municípios de Lago da Pedra e São Francisco do Maranhão. No local dos trabalhadores, foram encontradas péssimas condições de alojamento, além da exploração com jornadas exaustivas.

Na concepção de Bales (2010), as pessoas não escravizam gente para fazerem mal a elas, elas fazem isso para ter lucro (Informação verbal)⁷. Ele aplica esse conceito para tratar do rebaixamento dos empregadores para com os trabalhadores.

Com base ainda na plataforma Smartlab (2023), o Maranhão segue sendo o líder no ranking nacional de exportação de mão de obra escrava. O estudo revelou que, de todos os trabalhadores resgatados, 35.084 deles tiveram a naturalidade do seu estado de origem identificada. Desse total, 8.015 pessoas afirmaram ter nascido no Maranhão, equivalente a uma média de um maranhense para cada cinco

⁵ Última relação da Lista Suja. Disponível em:

https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf

⁶ G1 MARANHÃO. *Dezenove trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão no Maranhão.* Disponível em:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/12/15/dezenove-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-no-maranhao.ghtml>.

⁷ Informação fornecida em palestra por Kevin Bales em fevereiro de 2010.

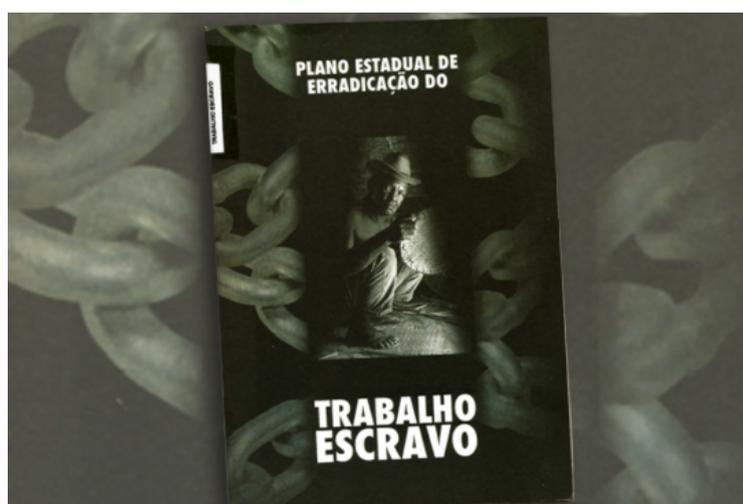
trabalhadores resgatados. Em observância a tais fatores, é possível perceber a disparidade do estado no cenário nacional.

Conseqüentemente, os migrantes maranhenses, por diversos fatores sociais e econômicos como a falta de renda, escassez de oportunidade ou salários mais remunerados, se aventuram em outros estados na tentativa de terem melhores condições de vida.

Como esforço para enfrentar essa realidade no estado, foi criada a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/MA), no ano de 2007. A comissão estadual é composta pela participação colaborativa de diversas entidades como a AGERP, CCN-MA, CDVDH, CEREST-MA, CONSEA, CPT, CRAS, CRESOL, DPU, EGMA, FETAEMA, IFMA, IMESC, INCRA, MPF, MPT, OIT, PF, PROCON, SEDIHPOP, SEDUC, TRT-MA e UFMA.

Como primeira ação da COETRAE, o Governo do Estado do Maranhão lançou, em 2007, o I Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo. O documento contém uma série de compromissos que explicita medidas envolvendo governo e sociedade civil para a prevenção e repressão ao crime, além de assistência às vítimas de trabalho escravo. A figura a seguir ilustra a capa do produto.

Figura 4 – Capa do I Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo



Fonte: Coetrae (2007)

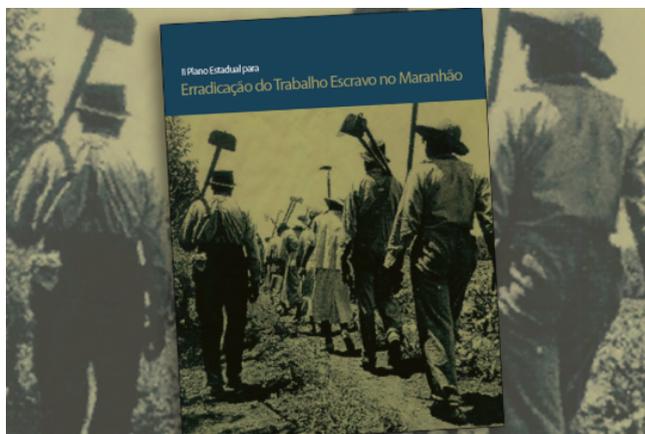
Além disso, o plano estabelece ações de políticas públicas envolvendo 25 agentes governamentais, distribuídas em quatro blocos, para compartilhar responsabilidades e atuar na prevenção, repressão e assistência a trabalhadoras e

trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Essas ações são classificadas como: ações gerais, de repressão, de prevenção e ações de assistência às vítimas do trabalho escravo.

O II Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em 2012 para intensificar as ações de combate ao trabalho escravo, considerando as principais causas de aliciamento destacadas no I Plano. Sua elaboração contou com o apoio dos Grupos de Trabalho (GTs), formados por integrantes do COETRAE do Maranhão e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC).

Com as novas atualizações, o II Plano se diferencia do primeiro, principalmente no que diz respeito às responsabilidades das organizações que compõem a COETRAE/MA. Para garantir a divisão e o acompanhamento das atividades assumidas por cada órgão, tornou-se necessária a formação de Grupos de Trabalhos (GTs), com foco nos mesmos planos de ações intersetoriais enfatizadas desde a primeira versão.

Figura 5 – Capa do II plano estadual para a erradicação do trabalho escravo



Fonte: Coetrae (2007)

O III Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão não foi lançado oficialmente, até o momento desta pesquisa. Contudo, está disponível na internet a minuta do documento que deve ser colocado em prática este ano.

O plano também foi produzido participativamente, englobando ideias colaborativas e democráticas, que procuram sintetizar iniciativas de órgãos do poder público e da sociedade civil para erradicação de todas as formas de trabalho

escravo no Maranhão. Sua estrutura segue o mesmo modelo dos planos anteriores: Contextualização, Diretrizes, Planos de Ações Intersetoriais, Fluxograma de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Maranhão, Sistema de Gestão e Monitoramento do Plano, Recursos e Anexos.

3 MÍDIA E TRABALHO ESCRAVO

Em sua terminologia, a palavra “mídia” vem do latim *medium*, que significa meio, e sua definição foi elaborada pelo teórico da comunicação Marshall McLuhan. O autor afirma que os meios de comunicação são extensões do homem, que o meio é a mensagem e os media são um motor da história (McLuhan, 1964).

Podemos perceber que a mídia desempenha um papel essencial na sociedade moderna, ela é um instrumento de conscientização, fiscalização e transformação social. Como no caso do trabalhador José Pereira Ferreira, citado neste trabalho, a mídia, ao expor casos de trabalho escravo, ajuda a dar visibilidade ao problema e a impulsionar mudanças sociais e legislativas, além de pressionar as autoridades competentes.

Por meio de reportagens e matérias investigativas, a mídia tem contribuído tanto para a denúncia quanto para o combate a essa prática. De acordo com Silverstone (2005), a mídia é definida como uma instituição social e cultural. Desta forma, ela atua como mediadora entre as pessoas e o mundo, por meio dela é possível que pessoas conheçam diferentes realidades do mundo, como a questão do trabalho escravo.

Como forma de entender as representações sociais sobre o trabalho escravo e como a mídia comunica o tema, conforme a metodologia da pesquisa documental, recolhemos um corpus documental, composto por dez matérias sobre o tema, distribuídas em dois portais de notícia e um canal de TV. A análise foi desenvolvida tendo como filtro as produções jornalísticas do período de outubro de 2023 até outubro de 2024, e as reportagens são parte metodológica que serve de apoio para a pesquisa do produto proposto.

A pesquisa teve como finalidade analisar os meios de comunicação que tratam dessa temática e os sites escolhidos foram a Repórter Brasil, G1 e TV Globo. Ambos foram escolhidos por dois segmentos que os caracterizam, sendo o hard news e o jornalismo investigativo. Baseamos nos segmentos definidos por Wolf (1985), que classifica o hard news como uma modalidade de informações objetivas e imediatistas. E de acordo com Traquina (2005), entendemos o jornalismo investigativo como uma prática que busca expor o que não está visível na superficialidade.

Desta maneira, as matérias jornalísticas foram definidas para identificar as fragilidades recorrentes da temática. A pesquisa exploratória teve ainda como ângulo de visão os critérios de notabilidade de Traquina (2005). Em primeiro lugar, temos o conceito de relevância como um fator para a construção das notícias, sendo assim, quanto mais um evento afetar o interesse público, mais relevância ele terá para a sua veiculação. Temos como exemplo as eleições presidenciais que acontecem a cada quatro anos, pela dimensão do impacto que têm na sociedade. É constante a produção por parte da mídia de desdobramentos sobre o assunto.

Também lançamos mão do conceito de representações, de Hall (2010). Segundo o teórico, representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. Desta maneira, a representação é entendida como uma parte essencial do processo mediante o qual se produz e troca sentidos entre os membros de uma mesma cultura.

Partindo desse conceito, foi realizada no processo metodológico uma entrevista coletiva para a produção deste trabalho com sete fontes oficiais de diferentes organizações sociais que atuam na temática, com o intuito de entender seus elementos internos para compreender como é constituído o seu relacionamento com a mídia, e a necessidade de *media training* sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo.

As entrevistas foram realizadas junto a representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão (TRT-MA), do Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, (CDVDH/CB) de Açailândia, Maranhão.

É importante salientar que o papel da mídia em informar a sociedade sobre a questão do trabalho escravo é fundamental para a construção do debate público e para a conscientização da população. A abordagem jornalística, seja por meio do hard news ou da investigação aprofundada, influencia a percepção social sobre o tema e pode contribuir para o debate e a intervenção social. Dessa forma, a análise metodológica deste estudo percorre o caminho de observação, principalmente da parte das fontes oficiais e suas informações para a imprensa sobre os casos.

3. 1 *Media Training* para fontes oficiais de trabalho escravo

A escassez de um guia para fontes oficiais de trabalho escravo no país foi o motivo principal para elaboração deste trabalho, tendo como relevância as necessidades que esse público tem em harmonizar seu relacionamento com a mídia.

O *media training* desempenha um papel essencial na preparação de fontes oficiais que lidam com o trabalho escravo, tendo em vista o cenário onde a cobertura do tema muitas vezes se limita à superficialidade dos fatos, como o número de resgatados, ou as condições de precariedade onde os trabalhadores foram encontrados. O trabalho escravo é um tema muito mais complexo e vai além de contabilizar os resgatados como meras estatísticas para a construção de um relatório no final do ano.

A mídia, quando precisa embasar suas produções jornalísticas, recorre às fontes oficiais, pois presume que uma fonte é alguém confiável, que tenha domínio sobre o tema em que atua. Mas nem sempre essa fonte vem preparada para o relacionamento com a mídia.

O ideal é que toda fonte tenha uma preparação, e por mais que esse porta-voz já tenha experiências em conceder entrevista a um bom tempo, é de suma importância que esse treinamento seja realizado frequentemente, pois a rotina no jornalismo costuma ser constante, assim como a evolução da mídia, tudo muda.

Iniciar entrevistas sem um levantamento de dados atuais sobre a matemática, conceder entrevistas sem ter apontamentos conclusivos, não apreciar o tempo para enfatizar os canais de denúncia ou pensamentos de repressão ao tema, podem ser erros recorrentes entre as fontes oficiais. Desta maneira, o *media training* se torna uma estratégia crucial para garantir que informações precisas e contextualizadas sejam transmitidas ao público.

Para falarmos sobre a usabilidade e a história dos *media training*, é crucial entender o conceito das assessorias de comunicação, já que tal produto faz parte da sua missão. A teoria da comunicação empresarial ou organizacional tem como pioneiro o jornalista americano Ivy Lee. Em 1906, Lee desenvolveu a tarefa que é conhecida hoje como assessoria de comunicação ou imprensa. Apesar das diferenças, ele foi o responsável por tentar salvar a imagem pública da família Rockefeller, que na época era acusada de práticas de monopólio, luta contra

pequenas empresas, além do massacre de Ludlow. Este caso evidenciou a importância das assessorias de comunicação para o gerenciamento de imagem, que neste episódio ajudou a minimizar os danos à reputação em momentos de crise.

Neste sentido, cabe a uma assessoria de comunicação a mediação entre a organização e a mídia, cuidando da divulgação de notícias, notas e reportagens, como também a gestão de mídias sociais com o monitoramento e criação de conteúdos para as plataformas digitais. Além de criar estratégias de comunicação corporativa como o planejamento de campanhas e ações para melhorar a percepção pública, e também a gestão de crise para minimizar os impactos negativos em situações adversas, o que pode ser feito por meio de um *Media Training*.

Segundo a descrição de Vale (2024)⁸, a história do *Media Training* se inicia no século XX, especialmente após a ascensão do rádio e da televisão como meios de comunicação de massa. Seria então uma espécie de treinamento da mídia, um processo de preparação de fontes oficiais para o relacionamento com a imprensa.

Historicamente, temos como o primeiro caso de *media training* voltado para a liderança e gestão de crise com o ex-presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt. Em 1933, após assumir o cargo de poder em meio a um cenário de Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, ele precisava garantir a confiança do público. Na ocasião, a rádio era o principal meio de veiculação naquela época para atingir milhões de americanos.

Segundo Sterling (2002), foram criados no governo de Roosevelt os Fireside Chats ou “Conversas à Beira da Lareira”, sendo uma sequência de discursos radiofônicos menos rígidos, com frases curtas, uma linguagem clara, com tom mais intimista, como se o presidente estivesse realmente conversando com a população.

Os Fireside Chats influenciaram a forma como grandes autoridades passaram a interagir com a mídia e com o público nas décadas seguintes. O êxito desses discursos teve impacto nas futuras estratégias de comunicação, que vão desde os debates presidenciais televisivos, que são mundialmente conhecidos em épocas eleitorais.

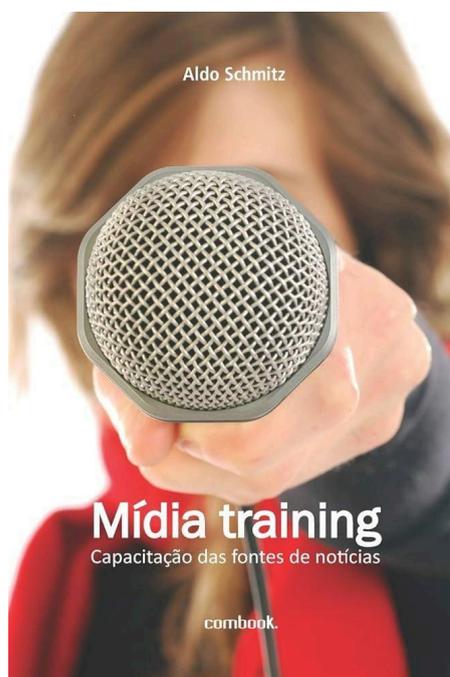
Consequentemente nasceria o que hoje chamamos de fontes oficiais, que nos dias de hoje e no contexto do *media training*, desempenha um papel essencial na comunicação institucional, sendo responsável por representar a organização diante da imprensa e da sociedade. As autoras do trabalho acreditam que sua atuação é

⁸ Informações cedidas pela jornalista Verônica Vale em 19 de maio de 2024.

estratégica, pois envolve não apenas a transmissão de informações, mas também a construção da imagem e da credibilidade da instituição que representa.

Para adentrar na temática temos como objeto de ilustração a apreciação do manual “Mídia Training: capacitação para fontes de notícias” elaborado por Aldo Schmitz (2019). O guia serve como um passo a passo para organizações e personalidades que desejam melhorar suas habilidades de comunicação com a imprensa, oferecendo estratégias para interações eficazes e seguras com os meios de comunicação.

Figura 6 – Capa do manual *Mídia Training: capacitação para fontes de notícias*



Fonte: Combook (2019)

O manual apresenta informações sobre o relacionamento com a mídia, identidade, imagem e reputação, os direitos das fontes, assessoria de imprensa, dicas do que evitar, boas práticas, diferentes veículos e os tipos de entrevista, orientação para gestão antes, durante e após os momentos de crise. E finaliza pontuando sobre os efeitos colaterais das notas oficiais e do direito de resposta.

Também foi observado o manual de *Media Training* do Programa de Proteção

aos Defensores dos Direitos Humanos, lançado pelo Ministério da Justiça e Cidadania em maio de 2016.

Figura 7 – Capa do manual que aborda os *media training* para PPDDH



Fonte: Sarmento (2016)

O produto acima faz um detalhamento dos seguintes tópicos: conceitos de *media training*, importância de estar na mídia, redes sociais, dicas de como agir com jornalistas, boas práticas para entrevistas em diferentes plataformas. Finaliza com apontamentos de como trabalhar nas redes sociais.

Os manuais citados trouxeram a confirmação da relevância dos *media training* para as fontes oficiais. Com apontamentos que incluem o domínio de técnicas para entrevistas, o uso adequado da linguagem, a construção de narrativas impactantes e a antecipação de possíveis perguntas ou abordagens da imprensa.

A proposta das autoras para a criação deste guia se fundamenta na necessidade de oferecer um material específico que atenda às particularidades desse tema sensível. Dessa forma, o objeto busca adaptar as melhores práticas identificadas nos manuais existentes para o contexto das fontes oficiais envolvidas na fiscalização, denúncia e combate ao trabalho escravo, propondo também ampliar a conscientização da sociedade sobre a gravidade e a persistência do trabalho escravo no país.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como objetivo ilustrar os caminhos metodológicos percorridos na construção desse estudo, que caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa.

Na visão de Marconi e Lakatos (2007,p.269), “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc”.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos trabalhados para analisarmos as reportagens escolhidas. Os dois principais autores escolhidos foram Traquina (2005) e Hall (2010).

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa documental composta por dez reportagens, contextualizando com os critérios de notabilidade, descritos por Traquina (2003), e os conceitos de representação, de Stuart Hall (2010).

Também foram analisados, à luz dessas teorias, dois manuais sobre cobertura jornalística da temática de trabalho escravo no Brasil. Segundo Cellard (2008), o documento escrito constitui uma fonte extremamente valiosa para os pesquisadores. A riqueza de informações que se pode extrair desses escritos justifica seu uso em diversas áreas do conhecimento, pois possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão exige contextualização. Além disso, contribui para a análise do contexto social.

Insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Também foi realizado trabalho de campo (Oliveira, 1996) com entrevistas semiestruturadas de forma coletiva com representantes de entidades governamentais e não governamentais que compõem a rede de combate desse tipo de trabalho exploratório no estado do Maranhão. O resultado das entrevistas pode ser encontrado no próximo capítulo.

4.1 Caracterização do objeto empírico

Para a escolha do *corpus documental* que embasa a nossa peça prática, numa perspectiva de superficialidade na cobertura midiática para a temática do trabalho escravo, apresentamos uma breve contextualização das instituições jornalísticas de onde as reportagens foram retiradas: a Rede Globo, o site G1 e a ONG Repórter Brasil.

A TV Globo tornou-se a maior emissora de televisão do Brasil e uma das principais do mundo. Com uma programação diversificada, que inclui jornalismo, entretenimento e esportes, revolucionando a TV brasileira ao investir em tecnologia, dramaturgia e cobertura jornalística. Ao longo dos anos, consolidou-se como líder de audiência e inovação no setor. Para ampliar seu alcance, a Globo espalhou uma rede de filiais pelo país, que retransmitem parte de sua programação e produzem conteúdos locais. Entre elas, destaca-se a TV Mirante, afiliada da Globo no Maranhão.

Fundada na década de 1980, mas precisamente em 1987, a emissora é referência no Maranhão, cobrindo todos os 217 municípios maranhenses. Além de transmitir a programação nacional, destaca-se pelo jornalismo local, com telejornais como o JMTV e na cobertura de eventos regionais e acontecimentos relevantes do cotidiano maranhense.

Vale ressaltar, no entanto, que, em meados dos anos 2000, a internet no Brasil era incipiente, com conexões lentas e abrangência limitada, e o mercado de jornalismo digital estava restrito a poucos sites de jornais impressos e alguns portais que não tinham o jornalismo digital como foco principal. Nesse cenário, surge o portal de notícias G1 da Globo, lançado oficialmente no dia 18 de setembro de 2006.

O site foi uma iniciativa pioneira do Grupo Globo em criar e desenvolver um conteúdo jornalístico pensado exclusivamente para o ambiente digital. Com o G1, a Globo entra de cabeça no jornalismo digital. Logo em 2008, o G1 assumiu a liderança na audiência dos portais de notícias do país e, atualmente, atinge em média mais de 55 milhões de usuários por mês, segundo a Comscore.

Nessa perspectiva, Palacios (2002) destaca que, ao estudar as características do jornalismo digital ou jornalismo online, são identificados elementos como multimídia, convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória. Incorporando esse conceito, o portal G1 se consolidou como referência. A

partir de 2012, tornou-se evidente que o futuro do consumo de notícias estava no ambiente mobile, impactando diretamente a usabilidade dos sites e a forma como o público acessava conteúdos.

Alinhado a essa tendência, o G1 expandiu sua presença nas principais redes sociais e lançou um aplicativo móvel compatível com as versões iOS e Android, ampliando o alcance e a popularização de seu conteúdo jornalístico.

Por outro lado, temos a Repórter Brasil, uma Organização de Comunicação e Projetos Sociais, lançada oficialmente em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão por diversos temas sociais com a finalidade de promover a reflexão e a ação em relação às diversas formas de injustiça presentes na sociedade brasileira. Sua atuação abrange tanto situações de violação explícita dos direitos humanos quanto às condições estruturais e sociais que resultam em precariedade e vulnerabilidade.

A instituição foi escolhida para ser analisada pelo seu trabalho quanto à divulgação de casos relacionados à temática de forma mais investigativa, o portal enquadra-se em quatro eixos principais: jornalismo social, projetos de educação e comunicação, combate ao trabalho escravo e pesquisa sobre agro-combustíveis. Destaca-se como uma das principais organizações no enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil, desempenhando um papel fundamental na sua inserção na agenda midiática e nos debates públicos.

Devido a essa relevância, o *corpus* documental desta pesquisa foi estruturado com o objetivo de compreender a forma como o combate ao trabalho escravo é abordado na mídia, tanto na televisão; enquanto mídia tradicional, quanto em portais de notícias pela internet, além de uma mídia mais dirigida e especializada, como o caso da ONG Repórter Brasil.

4.2 Apresentação das reportagens escolhidas

Apresentamos, a seguir, as dez reportagens escolhidas para a realização desta pesquisa com o intuito de investigar a cobertura jornalística da temática no Brasil contemporâneo e, assim, subsidiar a produção da peça prática deste projeto experimental.

A primeira reportagem analisada do portal G1 intitulada “Denúncias de trabalho escravo crescem quase 50% na região de Bauru”, publicada em 28 de

janeiro de 2024, aborda acerca do aumento significativo das denúncias de trabalho escravo na região de Bauru, interior de São Paulo.

Figura 8 – Cresce o número de denúncias de trabalho escravo em Bauru



Fonte: Marília (2024)

A reportagem⁹ apresenta inicialmente os dados mais relevantes, como o aumento percentual das denúncias, seguido de informações complementares, como o número de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e as ações civis públicas ajuizadas. A inclusão de uma imagem de um alojamento precário em Quatá–SP ilustra as condições denunciadas na matéria.

Além disso, são apresentadas informações oficiais do MPT-15, como também são incluídas declarações de autoridades, que destacam o agravamento da precarização no ambiente de trabalho e a necessidade de conscientização da população sobre a importância das denúncias.

A segunda reportagem escolhida, intitulada “Sete pessoas são resgatadas de trabalho escravo em fazenda sem banheiro e sem dormitório no Ceará”, foi publicada em 13 de novembro de 2023 e narra o resgate de sete trabalhadores em condições degradantes na região norte do Ceará na produção de carnaúba.

⁹ **G1 BAURU E MARÍLIA.** Denúncias de trabalho escravo crescem quase 50% na região de Bauru. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2024/01/28/denuncias-de-trabalho-escravo-crescem-quase-50percent-na-regiao-de-bauru.ghtml>.

Figura 9 – Sete trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Ceará



Fonte: Portal G1 (2023)

A reportagem¹⁰ descreve as condições às quais os trabalhadores estavam submetidos, como a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), ausência de instalações sanitárias e água potável, além de alojamentos precários.

Figura 10 – Brasil bate recorde de resgate de vítimas de trabalho escravo



Fonte: MTE (2023)

A reportagem¹¹ fundamenta-se em dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização reconhecida por seu trabalho na documentação de

¹⁰G1 CEARÁ. *Sete pessoas são resgatadas de trabalho escravo em fazenda sem banheiro e sem dormitório no Ceará.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/11/13/sete-pessoas-sao-resgatadas-de-trabalho-escravo-e-m-fazenda-sem-banheiro-e-sem-dormitorio-no-ceara.ghtml>.

¹¹ G1 ECONOMIA. *Brasil bate recorde e faz o maior resgate de vítimas de trabalho escravo no campo para um 1º semestre em 10 anos.* Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/10/10/brasil-bate-recorde-e-faz-o-maior-resgate-de-vitimas-de-trabalho-escravo-no-campo-para-um-1o-semester-em-10-anos.ghtml>.

conflitos agrários e violações de direitos da luta do campo no território brasileiro. Traz o recorde de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão e, em seguida, algumas informações complementares, como o aumento de 8% nos conflitos em áreas rurais, totalizando 973 ocorrências no período.

A quarta reportagem¹² escolhida foi veiculada na TV Globo, em 02 de setembro de 2024. O repórter da TV Mirante, afiliada da TV Globo no Maranhão, apresenta informações sobre uma operação conjunta das autoridades para enfrentar o problema do trabalho escravo no estado. A abordagem é direta e objetiva, com duração de aproximadamente dois minutos.

Figura 11 – Operação resgate de trabalhadores no Maranhão



Fonte: Polícia Federal (2024)

A quinta reportagem¹³ escolhida para este trabalho foi veiculada em 25 de outubro de 2024, no jornal Bom Dia Tocantins, pela afiliada da TV Globo no estado. Abordou a realização de um seminário promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para discutir o combate ao trabalho escravo. A matéria incluiu uma

¹² G1 MARANHÃO. *Operação de combate ao trabalho escravo é realizada em quatro cidades do Maranhão.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/videos-bom-dia-mirante/video/operacao-de-combate-ao-trabalho-e-scravo-e-realizada-em-quatro-cidades-do-maranhao-12724774.ghtml>.

¹³ G1 MARANHÃO. *Operação de combate ao trabalho escravo é realizada em quatro cidades do Maranhão.* Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/videos-bom-dia-mirante/video/operacao-de-combate-ao-trabalho-e-scravo-e-realizada-em-quatro-cidades-do-maranhao-12724774.ghtml>.

entrevista com a gestora da Unidade de Combate ao Trabalho Escravo da Justiça do TRT do Distrito Federal e Tocantins. Com duração de 3 minutos e 3 segundos, a reportagem trouxe detalhes sobre o evento, como data, local e objetivos da programação.

Figura 12 – Entrevista com fonte oficial do TRT sobre trabalho escravo



Fonte: TV Anhanguera (2024)

A sexta reportagem¹⁴ foi veiculada no site da Repórter Brasil, “Trabalho escravo: adolescente é resgatado em fazenda de ex-juiz do trabalho”, publicada em 11 de outubro de 2023. Traz à tona o resgate de um adolescente de 17 anos encontrado em condições análogas à escravidão em uma carvoaria pertencente ao juiz do Trabalho aposentado Antônio Amado Vieira, localizada em Itacambira, no estado de Minas Gerais.

¹⁴REPÓRTER BRASIL. *Trabalho escravo: adolescente é resgatado em fazenda de ex-juiz do trabalho*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/trabalho-escravo-adolescente-e-resgatado-em-fazenda-de-ex-juiz-do-trabalho/>

Figura 13 – Transporte usado pelo adolescente para trabalhar diariamente



Fonte: MTE (2023)

A reportagem contextualiza o caso dentro do marco legal brasileiro e internacional, ressaltando as violações às normas de proteção ao trabalho infantil e às leis trabalhistas. Nela, há também um hiperlink do documento, a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, descrita pela Convenção 182 da OIT, da qual o Brasil é signatário. De maneira geral, oferece uma cobertura detalhada e equilibrada de um caso grave de exploração do trabalho infantil, apresenta informações de fontes oficiais e as alegações dos envolvidos.

A sétima reportagem¹⁵, também publicada na Repórter Brasil, é intitulada como “Sete indígenas são resgatados da escravidão em fazenda de réu por massacre”. Foi publicada em 18 de dezembro de 2023 e aborda uma operação conduzida pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul, em conjunto com a Polícia Militar Ambiental. A ação ocorreu na Fazenda Marreta, localizada em Dourados, onde sete trabalhadores indígenas foram encontrados em condições análogas à escravidão. Um dos aspectos mais

¹⁵REPÓRTER BRASIL. *Sete indígenas são resgatados da escravidão em fazenda de réu por massacre*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/12/sete-indigenas-resgatados-escravidao-fazenda-de-reu-por-massacre/>.

alarmantes do caso foi a presença de uma criança de 11 anos e um adolescente de 17 entre os resgatados.

Figura 14 – Alojamento de Indígenas resgatados de escravidão no MS



Galpão onde estavam alojados trabalhadores indígenas resgatados da escravidão em fazenda de réu pelo Massacre de Caarapó (Imagem: Inspeção do Trabalho)

Fonte: MTE (2023)

Também contextualiza o caso ao mencionar o envolvimento de Virgílio Mettifogo, proprietário da fazenda, no Massacre de Caarapó. O conflito teve origem na tentativa de expulsar um grupo de aproximadamente 40 indígenas Guarani-Kaiowá de uma propriedade ocupada em Caarapó. A ação ocorreu em resposta a um relatório antropológico que reconhecia o direito desses povos sobre a área, onde anteriormente estavam estabelecidos produtores rurais.

A oitava reportagem,¹⁶ intitulada “Fazendeiros incluídos na lista suja conseguiram subsídio para seguro agrícola”, publicada em 8 de fevereiro de 2024, inicialmente expõe o problema central: a concessão de subsídios governamentais a fazendeiros que constam na lista suja do trabalho escravo.

¹⁶ REPÓRTER BRASIL. *Fazendeiros incluídos na “lista suja” conseguiram subsídio para seguro agrícola.* Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/02/fazendeiros-incluidos-na-lista-suja-conseguiram-subsidio-para-seguro-agricola/>.

Figura 15 – Na fazenda Água Buena foi encontrada condições degradantes



Fonte: MTE (2024)

Destaca que, apesar das políticas corporativas das seguradoras e dos compromissos assumidos, houve falhas na verificação dos antecedentes dos produtores beneficiados. Durante o texto, evidencia falhas nos mecanismos de controle e sugere a necessidade de aprimoramento nas políticas de concessão de subsídios e na atuação das seguradoras para garantir a conformidade com os compromissos de combate ao trabalho escravo.

A nona reportagem¹⁷ intitulada “Argentinos escravizados na safra da uva fazem parte de nova onda migratória”, datada de 21 de março de 2024, expõe o resgate de 22 trabalhadores argentinos em condições análogas à escravidão na colheita de uvas no estado do Rio Grande do Sul. Destaca o aumento da migração de argentinos para o Brasil, impulsionada pela crise econômica em seu país de origem.

¹⁷ REPÓRTER BRASIL. *Argentinos resgatados na colheita da uva formam onda migratória*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/03/argentinos-resgatados-uva-formam-onda-migratoria/>.

Figura 16 – Casa onde estavam os argentinos resgatados da escravidão



Fonte: Zanatta (2024)

O texto complementa-se com informações sobre a operação de fiscalização que resultou no resgate, evidenciando a complexidade do problema e a necessidade de políticas públicas para proteger os direitos dos trabalhadores migrantes, traz depoimentos dos trabalhadores resgatados, que relatam as promessas não cumpridas de remuneração e as condições precárias de alojamento.

Por fim, a décima e última reportagem¹⁸ “Porrete Disciplina: líderes religiosos viram réus por escravidão no Pará”, veiculada em 3 de junho de 2024, expõe graves acusações contra nove líderes da Comunidade Lucas, localizada no município de Baião, no Pará.

¹⁸ REPÓRTER BRASIL. *Porrete 'Disciplina': líderes religiosos viram réus por escravidão no Pará*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/lideres-religiosos-reus-escravidao-para/>.

Figura 17 – Porrete usado para disciplinar os fiéis da seita religiosa



Fonte: MPT (2024)

Este caso evidencia a persistência de práticas de trabalho análogo à escravidão no Brasil, especialmente em regiões mais isoladas, onde a fiscalização é limitada e comunidades vulneráveis podem ser facilmente exploradas.

Com base nos apontamentos coletados na análise das reportagens, foi possível aprofundar a compreensão do objeto investigado, assim como reconhecer a importância desse tipo de conteúdo jornalístico mais aprofundado e contextualizado para a conscientização sobre os direitos trabalhistas e humanos, contribuindo para a erradicação de práticas análogas à escravidão no país.

4.3 Manuais para cobertura jornalística com a temática do trabalho escravo

Em nosso levantamento documental, além das reportagens que tratam da temática do trabalho escravo, encontramos dois manuais produzidos para jornalistas. Apresentaremos brevemente a seguir.

Em 30 de junho de 2016, a ONG Repórter Brasil, que desenvolve projetos de pesquisa, de comunicação e de combate e prevenção ao trabalho escravo, conforme detalhado anteriormente, lançou um guia rápido para jornalistas acerca da temática do trabalho escravo em seu site.

Figura 18 – Interface do guia rápido para jornalistas sobre trabalho escravo



Fonte: Repórter Brasil (2016)

O guia contém o detalhamento sobre a definição do que pode ser considerado trabalho análogo à escravidão, dados sobre operações de fiscalização de trabalho escravo, tratados internacionais e legislações que criminalizam a prática, além de notícias e históricos que auxiliam o jornalista durante a produção de suas reportagens para abordar de forma mais precisa contextualizar sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Figura 19 – Seção do guia citado sobre o histórico do trabalho escravo no Brasil



Fonte: Repórter Brasil (2016)

O material se estrutura nas seguintes sessões: o que é o trabalho escravo, números e dados, fique de olho, tratados e legislações, guia de fontes e o item para

saber mais. Um dos pontos que mais chama a atenção são os dados sobre trabalho escravo no Brasil até o ano de 2014. No site, há infográficos que detalham todas as fiscalizações de trabalho escravo realizadas de maneira conjunta por Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal desde 1995.

Figura 20 – Dados sobre a evolução de vítimas de trabalho escravo

Assista a evolução das fiscalizações por ano de 1995 a 2014:



Fonte: Repórter Brasil (2016)

O guia também lança luz para questões emergentes, como a tentativa de restringir a definição legal de trabalho escravo, o crescimento dos casos em áreas urbanas – especialmente nos setores de construção civil e confecções –, os impactos da terceirização irrestrita e a importância da manutenção da “Lista Suja”, que reúne empregadores flagrados utilizando trabalho escravo. Além disso, ressalta a relevância do julgamento de casos na Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus possíveis impactos sobre a legislação brasileira.

O segundo material encontrado, resultado da pesquisa documental, foi o manual Como comunicar a escravidão contemporânea, lançado em 27 de novembro de 2023. O produto para jornalistas foi desenvolvido pelo Projeto Ação Integrada¹⁹ a

¹⁹ PROJETO AÇÃO INTEGRADA: RESGATANDO A CIDADANIA. *Perfil oficial do Projeto Ação Integrada*. Instagram, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/projai.rj/?fbclid=IwAR3aFVRh9anaziORgZNWidposeG9hDWLxja1c1WSWtpEN7BAZZI5gXtWFjA>

partir de discussões no âmbito da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Rio de Janeiro (COETRAE-RJ). O documento tem como principal objetivo orientar profissionais da comunicação e veículos de imprensa na abordagem de temas relacionados ao trabalho em condições análogas à escravidão.

Figura 21 – Capa do manual como comunicar a escravidão contemporânea



Fonte: Projeto Ação Integrada (2023)

Além do COETRAE-RJ, a iniciativa é de grupos de trabalho institucionais, como o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP-RJ), além da colaboração de acadêmicos, jornalistas e profissionais que atuam diretamente no atendimento às vítimas. A proposta central é oferecer diretrizes éticas e técnicas que minimizem os riscos de exposição das vítimas, garantindo sua segurança, privacidade e bem-estar psicológico.

O documento ainda destaca a relevância do trabalho jornalístico na cobertura de casos e como deve ser conduzida a entrevista, por exemplo, em casos que envolvem o trabalho semelhante ao de escravo e o tráfico de pessoas. Como se comportar diante da superexposição sofrida pelas vítimas diante da imprensa; sugere como podem ser finalizadas as entrevistas com perguntas otimistas, por

exemplo, entre outras sugestões apontadas para que trabalhadores resgatados se sintam mais protegidos e menos expostos.

Por fim, o guia representa um avanço na construção de diretrizes éticas para o jornalismo e demais profissionais que lidam com essa temática sensível de reportar fatos. A partir de nossa análise, pode-se afirmar que o foco principal está na proteção das vítimas e reforça a necessidade de um compromisso social por parte da mídia, contribuindo para uma cobertura mais responsável e humanizada.

4.4 Entrevista coletiva online

Outro momento da construção da nossa metodologia de pesquisa foi a organização da entrevista coletiva com representantes de instituições de combate ao trabalho escravo no Maranhão.

Após a pandemia de COVID-19, o advento da internet consolidou mais o cotidiano popular e trouxe consigo uma série de consequências e possibilidades que exigem um repensar das formas de investigação adotadas pelo campo da pesquisa, inclusive das ciências sociais.

A viabilidade da realização da entrevista online é destacada no artigo Pesquisa mediada pela internet: possibilidades de aplicação da entrevista online nas ciências da gestão, de Carlos Rodrigues, Paulo Chagas e Claudia Corrêa (2015), que aponta “quanto à redução dos custos das pesquisas, uma vez que os deslocamentos de pesquisadores são reduzidos e os materiais utilizados se limitam ao equipamento a ser utilizado, o que favorece as instituições de menor porte” (RODRIGUES, et al. , 2015, p. 70).

Para o estudo mais detalhado sobre como a comunicação dos portas vozes de instituições e também sobre a estrutura da Assessoria de Comunicação do respectivos órgãos, realizamos uma entrevista coletiva a fim de conhecer suas rotinas de trabalho, estruturas, bem como a natureza das demandas solicitadas pela mídia para a divulgação da temática do trabalho escravo contemporâneo.

Para este processo, foi escolhida a plataforma Google Meet, pela facilidade de acesso do aplicativo. A entrevista foi agendada pelo aplicativo de conversas WhatsApp no período de 29 de novembro a 2 de dezembro, com envio posterior do convite, conforme figura abaixo.

Figura 22 – Convite para entrevista via Google Meet

Fonte: Própria (2024)

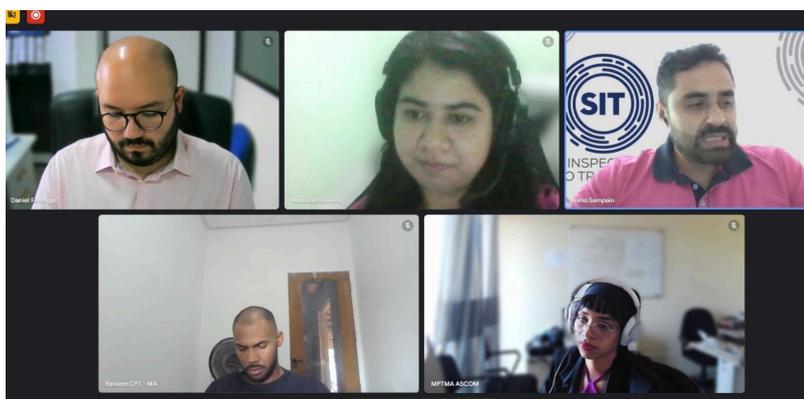
No primeiro momento, tivemos a confirmação da participação de membros do MPT, SEDIHPOP, COETRAE-MA, TRT, CPT e da Superintendência Regional do Trabalho. Já o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) não pôde comparecer, mas enviou as respostas aos questionamentos.

Em 17 de dezembro de 2024, a entrevista foi realizada conforme o roteiro inicialmente planejado, que previa a resposta a uma pergunta por vez. No entanto, devido aos compromissos de trabalho de alguns participantes, foi necessário adaptar o formato, permitindo que cada entrevistado fizesse um resumo geral a partir das quatro perguntas elaboradas.

A primeira questão buscou explorar como se dá essa interação e se há dificuldades específicas nesse processo. A segunda captou sugestões sobre o que poderia contribuir para um melhor desempenho dos entrevistados ao se comunicarem com a imprensa. Já a terceira questão investigou a percepção dos participantes sobre a utilidade de um treinamento voltado para aprimorar suas habilidades de comunicação, especialmente em parceria com assessorias de imprensa, e por fim, a última questão foi aberta para comentários com sugestões do que poderia melhorar esse relacionamento entre mídia e as fontes oficiais. (Ver roteiro de entrevista em Apêndice A).

O objetivo geral era abordar desde questões mais gerais até aspectos específicos, como o nível de dificuldade enfrentado pelas fontes oficiais para lidar com a mídia, os principais canais de comunicação utilizados, os treinamentos de mídia realizados pelas instituições e a possibilidade de uma necessidade de um manual que auxiliasse nesse preparo.

Figura 23 – Reunião online com fontes oficiais do trabalho escravo



Fonte: Própria (2024)

Com base nos elementos que coletamos na análise das matérias jornalísticas e entrevista coletiva²⁰, foi possível aproximar-se do objeto investigado para identificar os problemas relacionados à comunicação e dessa forma propor um guia de *media training* direcionado a fontes oficiais. O objetivo do guia é aprimorar a cobertura e a representação midiática da temática do trabalho escravo no Brasil, promovendo maior clareza e eficácia na comunicação sobre a temática, no qual apresentaremos no capítulo a seguir.

²⁰ Os entrevistados concordaram em serem identificados, uma vez que são representantes de entidades governamentais e não governamentais que atuam na rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão.

5. RESULTADOS PRELIMINARES E CONSTRUÇÃO DO GUIA DE *MEDIA TRAINING*

Neste capítulo, exploramos de forma analítica e panorâmica o corpus documental formado pelas reportagens veiculadas nos portais de notícia G1, Repórter Brasil e na TV Globo. A questão principal que norteou a análise, à luz de algumas teorias do jornalismo e do conceito de representação de Hall (2010), foi compreender de que formas as reportagens abordam a temática e o que poderia ser feito para melhorar essa cobertura jornalística a fim de trazer ganhos para o entendimento da sociedade acerca dessa mazela social que ainda assola o Brasil contemporâneo e contribuir, dessa forma, para o seu enfrentamento.

Após apresentarmos algumas reflexões acerca das reportagens, sistematizamos os principais aspectos levantados na entrevista coletiva. Ambos os dados nos ajudaram a embasar a peça prática apresentada neste relatório de projeto experimental.

Por fim, neste capítulo, apresentamos o nosso produto, que traz um roteiro para ser utilizado por fontes oficiais que atuam na temática do trabalho escravo no Maranhão e no Brasil.

5.1 Algumas reflexões a partir das reportagens escolhidas

Esta subdivisão apresentará um panorama geral das principais observações encontradas nas dez reportagens apresentadas no capítulo anterior, evidenciando aspectos recorrentes e eventuais fragilidades em sua produção. Vale ressaltar que essas reflexões nos auxiliaram na construção do guia, produto deste trabalho.

A escolha dos veículos se deve ao fato primeiramente de termos uma análise mais precisa de como a temática do trabalho escravo contemporâneo é trabalhada tanto na mídia que está inserida no conceito de hard news, que é o caso do Portal G1 e os telejornais, mas também no jornalismo investigativo, representado aqui pela ONG Repórter Brasil.

O conceito de hard news é um termo inglês que se refere às notícias que se encontram em oposição às notícias produzidas com cunho subjetivo e humano. Portanto, priorizam a objetividade, a precisão e a agilidade na transmissão dos fatos, características essenciais para o exercício da função social da imprensa como disseminadora de informações de interesse público. De acordo com Traquina (2005),

as hard news são predominantemente factuais e possuem uma estrutura narrativa direta, seguindo o modelo da pirâmide invertida, no qual as informações mais importantes são apresentadas logo no início da matéria, seguidas por detalhes complementares ao longo da reportagem.

Já o jornalismo investigativo caracteriza-se por uma apuração aprofundada e extensiva dos fatos, no qual o repórter não se limita a relatar acontecimentos, mas busca revelar informações ocultas ou negligenciadas, muitas vezes de interesse público.

Conforme apontam Kovach e Rosenstiel (2014) “a prática jornalística responsável deve sempre se basear em evidências concretas, garantindo que as informações divulgadas sejam verificadas e contextualizadas de maneira precisa”. Para isso, comumente o processo investigativo envolve a análise de documentos, a consulta a múltiplas fontes, a realização de entrevistas estratégicas e de quantidade maior para detalhar e verificar os acontecimentos através de oportunidades múltiplas vozes.

O trabalho escravo contemporâneo, como vimos no capítulo introdutório deste trabalho, apresenta sérios problemas que ferem a dignidade, direitos humanos e coletivos. Neste contexto, entendemos que tanto a mídia quanto às fontes oficiais que tratam da temática devem ser munidas de informações que dialoguem com a sociedade de forma clara e precisa.

Compartilhando dos conceitos de representação, de Stuart Hall (2010), observamos três teorias, sendo elas a reflexiva, a intencional e a construtivista, para representar o mundo. Ele diz que nós concedemos sentido as coisas pela maneira como as representamos, as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas. O autor argumenta que o sentido é produzido em uma variedade de mídias, que regula e organiza nossas práticas e condutas. Claramente, ele diz sobre a representação e o sentido que:

De modo semelhante, a fim de comunicar esses significados para outras pessoas, em qualquer troca significativa, os participantes também devem ser capazes de utilizar o mesmo código linguístico, eles devem, em um sentido muito amplo, “falar a mesma língua”. Isso não quer dizer que eles precisem falar alemão, francês ou chinês. Tampouco significa que eles consigam compreender perfeitamente o que qualquer falante da mesma língua está dizendo. Nós estamos nos referindo a um sentido muito maior da linguagem. Nossos interlocutores precisam falar o suficiente da mesma

língua para serem capazes de traduzir o que “o outro” fala em algo que “eu” possa entender e vice-versa. (HALL, 2010, p.23).

Sobre a teoria reflexiva, ele afirma que o sentido é repousado no objeto, pessoa, ideia ou evento no mundo real, e a linguagem funciona como um espelho, para refletir o sentido verdadeiro como ele já existe no mundo. “Uma rosa é uma rosa” já declarou o poeta Gertrude Stein. Como bem mencionado, uma imagem visual bidimensional de uma rosa é um signo, ele não deve ser confundido com a planta real com espinhos e flores que cresce no jardim.

Na teoria da abordagem intencional, é defendida a tese de que o interlocutor, o autor, é quem impõe seu único sentido no mundo, pela linguagem. As palavras significam o que o autor pretende que signifique. Porém, há falhas, haja vista que a essência da linguagem é a comunicação, e essa, por sua vez, depende de convenções linguísticas e códigos compartilhados.

Sobre a teoria construtivista, o autor afirma que as coisas não significam: nós construímos sentido, usando sistemas representacionais como conceitos e signos. Nela é posta que não devemos confundir o mundo material, onde as coisas e pessoas existem, com as práticas e processos simbólicos pelos quais representações, sentido e linguagem operam (Hall, 2010).

Hall ainda enfatiza que a mídia tem efeitos reais no mundo. Ele entende que a comunicação está sempre ligada ao poder, e que os grupos que detêm o poder na sociedade influenciam o que é representado pela mídia.

Com base nessas teorias, a análise panorâmica das reportagens busca compreender como suas narrativas constroem significados e fundamentam seus discursos sobre o trabalho escravo. Os enredos, as fundamentações, os depoimentos, o falado e o não falado nas entrevistas, são os materiais que serão analisados na tentativa de compreensão dessas representações do trabalho escravo pela mídia, a fim de sustentar a tese de que a mesma é passível de falhas em suas representações, e que é preciso um olhar aguçado para tratar esta temática.

Escolhemos três elementos principais, evidenciados nas entrevistas e na revisão bibliográfica deste estudo, para realizarmos uma breve reflexão acerca do corpo de entrevistas: (1) informação do canal de denúncias; (2) depoimento de trabalhadores e (3) informação sobre consequência do crime de trabalho escravo aos empregadores. Sistematizamos, na tabela abaixo, essas informações contidas nas dez entrevistas recolhidas para este estudo.

Tabela 1 – Dados sobre a entrevista coletiva

PRINCIPAIS DADOS ENCONTRADOS NAS ENTREVISTAS			
PORTAL/TV	INFORMOU CANAL DE DENÚNCIA	APRESENTOU DEPOIMENTO DE TRABALHADORES	APRESENTOU AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO ESCRAVO PARA OS EMPREGADORES
G1	×	×	✓
TV GLOBO	×	×	×
REPÓRTER BRASIL	×	✓	✓

Fonte: Própria (2025)

Em primeiro lugar, percebeu-se nas dez reportagens recolhidas a ausência da informação sobre os canais de denúncia contra tal prática. Entendemos que essa informação seja relevante, pois ao comunicar a temática, o leitor ou telespectador pode realizar sua denúncia sigilosamente. Mas para isso, a sociedade precisa conhecer como denunciar, os possíveis aplicativos ou portais de denúncias, quais tipos de casos podem ser denunciados e quais são as garantias de sigilo e proteção para os denunciantes.

Para contextualizar com as conclusões sobre o que é noticiado, veremos as considerações de Traquina (2005) de newsworthiness, ou seja, noticiabilidade. Em sua visão, o autor descreve que os responsáveis pela publicação das “estórias” assumem o controle do que será noticiado e merece destaque, é do que não deve ser veiculado e será eliminado.

Desta maneira, em primeiro lugar é apresentado o conceito de relevância como um fator para a construção das notícias, sendo assim, quanto mais um evento afeta o interesse público, mais relevância ele terá para a sua veiculação nas mídias.

As eleições presidenciais, por exemplo, são um fator que, pelo impacto direto na sociedade, gera desdobramentos de notícias e coberturas.

Atrelando os conceitos de relevância de Traquina (2005) ao descaso no fornecimento dos canais de denúncias, vemos aqui uma superficialidade quando a mídia trata desse assunto. Assim sendo, esta exclusão pode transparecer que tanto a mídia como os porta-vozes não estão totalmente preparados para comunicar a questão desde suas raízes até sua superfície.

Em segundo lugar, temos o conceito moderno de infração ou negatividade, a exemplo deste, o autor relembra que:

Na época em que a TVI ainda estava associada à Igreja, os jornalistas reconheceram esta identidade entre jornalismo e negatividade, tentando introduzir "boas notícias", notícias positivas sobre o mundo. Os outros membros da comunidade jornalística ridicularizaram esta ideia com a designação de *jornalismo de escudeiros*. (TRAQUINA, 2005, p.209).

Portanto, notícias ruins, como crimes, tragédias e escândalos, costumam ter mais destaque do que notícias positivas. O equilíbrio entre essas duas características justifica o papel do jornalismo. A exemplo, observamos que nas matérias analisadas se fez frequente a descrição do ambiente onde os trabalhadores dormiam, estas eram caracterizadas, em geral, como condições análogas à escravidão, além dos números dos resgatados em si.

A Repórter Brasil e o G1 foram as únicas que apresentaram as penalidades que os empregadores deveriam cumprir caso fossem acusados do crime de trabalho escravo. Podemos associar tal característica ao conceito de negatividade, mencionado por Traquina (2005). Ele aponta que a negatividade também é considerado um critério substantivo de seleção de notícias que tem ligação com esses tipos de eventos. Foi observado nos produtos jornalísticos examinados a frequência em informar acerca de penalidades, sejam judiciais ou criminais, da parte dos empregadores.

O terceiro ponto traz a descrição de personalização, que afirma que a presença de figuras públicas ou personagens identificáveis aumenta o interesse pela notícia. A personalização refere-se à preferência dos jornalistas por enquadrar as notícias em torno de pessoas concretas, em vez de fenômenos abstratos ou processos coletivos. Temos como exemplo a inclusão do nome do cantor sertanejo Leonardo na Lista Suja do MTE. Entretanto, essa característica não se adequa somente a pessoas "famosas".

Em algumas reportagens, foi apresentada, tanto no título quanto em sua estrutura, a importância do nome dos empregadores responsáveis por aquela infração. E, por outro lado, somente as reportagens veiculadas no site da ONG Repórter Brasil apresentaram os depoimentos dos trabalhadores, isto é, ouviram os principais personagens afetados dessa problemática. As demais matérias jornalísticas apenas apresentam as vozes dos mediadores, sejam representantes de entidades governamentais (principalmente operadores do Direito), sejam de entidades não governamentais, que costumam realizar as denúncias. Neste sentido, a partir da teoria das representações de Hall (2010), podemos dizer que os principais sujeitos não foram representados nas reportagens. Suas vozes não foram ouvidas, indicando aqui uma fragilidade na legitimidade e credibilidade dos materiais produzidos.

A presença de depoimentos de trabalhadores, que se mostram como protagonistas da história e por isso ganham voz na notícia, aparece nas reportagens mais aprofundadas, veiculadas pela ONG Repórter Brasil. Logo, a importância de ouvir as vítimas do trabalho escravo passa a constituir sentido de representação (Hall, 2010) para outros trabalhadores que se identificam com as mesmas condições precárias de trabalho.

Além desses três elementos aqui levantados como critérios de noticiabilidade importantes para caracterizar a temática estudada, notamos ainda que as reportagens, em geral, não explicam a dimensão da problemática como uma questão estrutural, isto é, o crime de trabalho escravo não acontece por acaso ou “do nada”. Há uma estrutura de exclusões sociais, desigualdades de acessos a políticas públicas, má distribuição de terras e renda, que não são tocadas para explicar o fenômeno, que traz ao leitor ou ao espectador sempre a sensação de que é um acontecimento pontual.

Portanto, o contexto do problema do crime é um dos assuntos menos tratados e mais importantes para a compreensão da sociedade sobre as violações de direitos. Assuntos como conflitos de terras, impunidade, pobreza, racismo, não rupturas da escravidão colonial são poucos tratados para contextualizar o problema.

Conseqüentemente, tentamos sistematizar neste item alguns elementos importantes no intuito de qualificar as informações que são veiculadas acerca da temática. Essa reflexão subsidiou a construção do guia proposto pelas autoras.

5.2 Principais apontamentos da entrevista coletiva

A entrevista coletiva²¹ realizada com as fontes oficiais de órgãos federais e entidades sociais possibilitou enxergar como funciona a estrutura de comunicação dos mesmos, quanto à sua preparação para se relacionar com a mídia e informar suas ações na luta contra o trabalho escravo.

Durante a pesquisa realizada com diversas fontes, foi possível observar que todas as entidades analisadas contavam com uma assessoria de comunicação, com exceção de uma única instituição, caracterizada como uma organização civil sem fins lucrativos. Esse dado evidencia a relevância da comunicação institucional, especialmente em organizações de maior porte ou com maior exposição pública.

Além disso, ao serem questionadas sobre a participação em treinamentos específicos ou no uso de *media training*, os resultados foram surpreendentes: quatro das organizações consultadas afirmaram não ter passado ou ter esse tipo de aprimoramento. Esse fato sugere que, apesar da importância da comunicação estratégica, ainda há uma lacuna significativa no investimento em qualificação para lidar com a mídia e gerenciar a imagem institucional de maneira eficaz. Veja na tabela abaixo as principais afirmativas.

²¹ Entrevista Coletiva disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1aJhAL7KheFZ7rFHISp8VYst6sfBt3UjB/view>

Tabela 2 – Esquematização das respostas da entrevista coletiva

INSTITUIÇÃO	POSSUI ASCOM?	POSSUI MEDIA TRAINING?
Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão.	SIM	Sim
Ministério Público do Trabalho do Maranhão	SIM	SIM
Comissão Pastoral da Terra	Não	Não
Ministério do Trabalho	Sim (Centralizada em Brasília)	Não
SEDHPOP	SIM	Não
Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos	SIM	Não

Fonte: Própria (2025)

Segundo os entrevistados para esta pesquisa, a comunicação sobre o combate ao trabalho escravo enfrenta diversos desafios, que vão desde limitações institucionais até dificuldades no relacionamento com a mídia. Foram analisadas as principais barreiras identificadas pelas fontes. Uma das dificuldades apontadas é a inserção de pautas na mídia fora das datas comemorativas ou alusivas ao tema, como, por exemplo, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, comemorado em 28 de janeiro. Isso revela uma dependência do calendário jornalístico, o que pode resultar em uma cobertura superficial ou esporádica do trabalho escravo, reduzindo sua percepção como um problema contínuo e estrutural.

Outra preocupação relevante é a forma como algumas mídias enquadram o trabalho escravo. Segundo as fontes entrevistadas, muitas tratam os casos como episódios isolados, em vez de um problema estrutural, conforme indicamos nas reflexões acerca das reportagens escolhidas. Esse enquadramento pode reduzir a

compreensão da sociedade sobre as causas e soluções do problema, além de enfraquecer a pressão pública por políticas eficazes de combate. Veja em seguida as demais dificuldades apontadas pelas fontes entrevistadas.

Tabela 3 – Principais dificuldades das fontes oficiais entrevistadas

DIFICULDADES
Encaixar pautas do órgão na mídia para cobertura fora das datas alusivas que a imprensa trabalha
Perguntas na hora da entrevista gravada que não está no briefing estabelecido, fuga ao tema por parte do entrevistador
Perguntas sobre estatísticas no AO VIVO, não realizar as perguntas que estavam pré-estabelecidas
Não possuem licença para dar entrevistas por causa de uma portaria nacional (só por meio de licença) //não possuem uma Assessoria de Comunicação regional, a ASCOM é centralizada em Brasília//Falta de reconhecimento do órgão por falta de entregar a notícia a imprensa (ex: notícias saem com outras organizações como os responsáveis pelos resgates
Perguntas sobre trabalho escravo que fogem da atuação do secretário//Perguntas para sensacionalizar o resgate de trabalhadores na reportagem
Cuidado para não dar entrevistas que possam prejudicar os trabalhadores resgatados// Falta de espaço da mídia em dar espaço para reportagens de atuação da instituição em municípios do interior do Estado
Algumas mídias tratam o trabalho escravo como casos isolados e não um problema estrutural //procuram saber detalhes em depoimentos de vítimas sem ter demasiado cuidado com a revitimização da mesma

Fonte: Própria (2025)

Os desafios apresentados reforçam a necessidade de uma comunicação estratégica mais estruturada, que inclua treinamentos para porta-vozes e fontes oficiais.

A reunião foi finalizada com as percepções de conclusão de cada entrevistado para o possível encaminhamento do guia de *media training* sobre trabalho escravo. Diante das dificuldades identificadas na comunicação institucional sobre o combate ao trabalho escravo, as soluções apresentadas sugerem um conjunto de estratégias para aprimorar a interlocução com a mídia, capacitar profissionais e ampliar a conscientização pública.

Perguntamos, ao final, sobre as principais soluções por parte dos representantes para otimizar a cobertura jornalística e também contribuir para um

maior engajamento social no combate ao trabalho escravo. Entre as resoluções sugeridas, a capacitação tanto das fontes como dos próprios jornalistas sobre a temática foi a mais prevalente entre todas. Confira o quadro de soluções por parte das fontes oficiais, indicadas nas entrevistas:

Tabela 4 – Soluções para o relacionamento com a mídia das fontes entrevistadas

SOLUÇÕES
Contato de interlocução dos órgãos com a mídia// Aplicação do treinamento de mídia do órgão que tem disponível para que os jornalistas se aperfeiçoem
Comunicação prévia entre o entrevistador e a fonte sobre a entrevista
Realizar um treinamento com os profissionais de comunicação para explicar os atores da luta contra o Trabalho Escravo e suas responsabilidades mínimas na sociedade//Treinamento com abordagem específica aos trabalhadores resgatados para os profissionais da comunicação
Treinamento para os auditores fiscais para o relacionamento com a mídia
Conhecimento sobre as atividades e as responsabilidades para você entender quem está sendo entrevistado e que tipo de informação vai ser procurada//melhorar a forma como as informações são divulgadas na mídia
Divulgação pela mídia e pela sociedade contra o trabalho escravo (cartaz, outdoor)
Junto com o treinamento ou paralelo criar/publicar uma cartilha com noções básicas de abordagem e dados que já existem sobre a temática do trabalho escravo, tem vários sites (smartlab, biblioteca do GPTEC, repórter brasil....) que podem ser consultados para a construção do roteiro de entrevista.

Fonte: Própria (2025)

Podemos concluir que a ausência de estratégias de *media training* entre essas fontes pode comprometer a efetividade da comunicação, reduzindo o impacto da mensagem e potencialmente distorcendo sua recepção.

Desta forma, a entrevista coletiva foi de suma importância para o desenvolvimento deste projeto, uma vez que validou a necessidade da peça prática proposta nesta pesquisa.

5.3 Apresentação do produto

Perante o caminho percorrido para a construção do produto proposto, percebe-se que a comunicação é uma ferramenta essencial no enfrentamento ao trabalho escravo, e a mesma também possui várias vulnerabilidades encontradas

em sua construção midiática. Para que as informações sejam transmitidas com clareza, credibilidade e impacto, é fundamental que fontes oficiais estejam preparadas para interagir com a imprensa de maneira estratégica.

Diante da nossa visão em entregar um produto que tenha relevância e inovação, apresentamos o primeiro Guia de *Media Training* para Fontes Oficiais do Trabalho Escravo no Brasil, que pode ser acessado por [AQUI](#). O material foi desenvolvido para auxiliar profissionais que atuam no combate a essa grave violação de direitos humanos a se expressarem de forma segura e assertiva diante da mídia.

O produto foi estruturado tendo consciência do seu objetivo em informar, dialogar e orientar seu público, dessa maneira foi construído com base na linguagem formal e científica. Com frases bem estruturadas, gráficos, objetividade e fundamentação teórica, com estrutura padronizada com introdução e sumário, apresentação das autoras, desenvolvimento dos tópicos e a conclusão com dicas para fontes oficiais.

Apresentaremos a seguir os tópicos abordados no guia, começando pela introdução ao conceito de *media training*, que destaca o seu conceito e importância para preparar fontes oficiais na comunicação com a imprensa. Seguido da compreensão do que é o Trabalho Escravo Contemporâneo com sua definição, atividades que são caracterizadas como trabalho escravo, servidão por dívidas entre outros apontamentos.

Dando continuidade, incluímos o tópico da importância da comunicação e os critérios de noticiabilidade que fazem alusão ao conteúdo discorrido neste relatório, expondo os critérios jornalísticos que determinam as notícias. Em sequência temos o ponto que trata sobre os desafios na comunicação e a identificação das principais dificuldades e barreiras enfrentadas por fontes oficiais, para contextualizar os obstáculos que fontes oficiais encontram ao se comunicar com a imprensa, como desinformação e linguagem técnica.

Os últimos itens falam sobre as estratégias de *Media Training* com foco em entrevistas para rádio, TV e mídias sociais, com o objetivo de apresentar técnicas para melhorar o desempenho em entrevistas, considerando os diferentes formatos de mídia, incluindo dicas sobre postura, clareza, controle de mensagem e adaptação ao meio e imagem pessoal. E também o ponto de recursos e ferramentas com o intuito de fornecer materiais práticos para auxiliar na preparação para interações

com a imprensa, incluindo listas de verificação para planejar a entrevista e garantir a transmissão eficaz da mensagem.

Esperamos que este material seja um recurso valioso para todos aqueles que se dedicam a essa causa tão urgente. A seguir, mostraremos detalhes técnicos quanto à produção do design do guia.

5.3.1 Produção do Designer

Consoante com o designer industrial Dieter Rams em “10 princípios do bom design” (1970), um bom designer ou o produto deve ter dez características principais que são elas: inovação, utilidade, estética, compreensão para entender o produto ou assunto, descrição, honestidade, durabilidade, consequência do último detalhe, preocupação com o meio ambiente e o mínimo de design possível.

Ainda seguindo o referencial de Rams sobre utilidade, vale ressaltar que todo material precisa de um propósito e um planejamento de envio para o público. Pensando nisso, foi acordado com as instituições entrevistadas a entrega do material para o uso após sua aprovação pela banca examinadora deste trabalho de conclusão de curso. O guia também será compartilhado para os demais órgãos catalogados em todo o país, para que seu real propósito faça sentido na relevância social. Afinal, queremos contribuir com as fontes de trabalho escravo que hoje são atuantes e também com as que devem se tornar fontes oficiais no futuro.

A elaboração criativa foi feita utilizando o Canva, que é uma plataforma online de design gráfico e comunicação visual. Apesar de o Canva conter várias opções de designs prontos e com opção de alterar detalhes, as autoras partiram da estaca zero quanto aos processos gráficos para a elaboração do guia.

O formato escolhido foi o Widescreen²², pensando na melhor visualização em vários dispositivos como televisores e monitores.

²² O formato widescreen é uma proporção de aspecto de imagem que é maior que 4:3. É também conhecido como 16:9.

Figura 24 – Detalhes sobre o formato Widescreen



Fonte: Coelho (2018)

As cores foram escolhidas pela relação com o que a mídia propõe sobre o tema e também pela harmonia ou, segundo Rams, pela estética visual. A esquematização ficou com o preto, amarelo, marrom, laranja e o branco, sendo muitas vezes feita a suavização²³ das cores.

Figura 25 – Paleta de cores do guia proposto



Fonte: Própria (2025)

As ilustrações usadas no guia foram retiradas do banco de imagens gratuito e de uso livre²⁴ da plataforma, para ilustrar de forma inovadora os tópicos abordados.

Segundo o especialista em visualização de dados e design da informação, Edward Tufte, em “A exibição visual de informações quantitativas” (1983), os guias devem ter seções organizadas de maneira clara, reduzindo a sobrecarga cognitiva. Por isso o produto foi esquematizado de forma a entregar compreensão fácil do

²³ A suavização das cores é feita pela combinação de cores análogas ou cores frias.

²⁴ Termos de uso de imagem e ilustração disponível em:
<https://www.canva.com/policies/content-license-agreement/>

produto para os leitores, com as suas organizações de conteúdo, com capa, ficha catalográfica, apresentação, seções de tópicos e mini biografia das autoras.

Para o design gráfico, as fontes utilizadas foram Garet para os textos e Raleway para os títulos. A fonte Garet é uma excelente escolha para materiais que buscam um visual moderno e funcional. Por outro lado, a fonte Raleway é popular por atrair a atenção do leitor, sendo chamativa e criativa para títulos.

Para futuras versões impressas, foi feita a pesquisa de mercado e a gráfica "Duplicar Soluções Gráficas" foi a que apresentou o melhor custo-benefício na proposta de orçamento. Na imagem abaixo, consta o valor estimado tanto para a produção de uma unidade do guia quanto para a impressão de 100 exemplares. O acabamento escolhido foi brochura, pois é considerado uma opção mais acessível e comum para versões impressas de guias. Além disso, o tamanho definido para a impressão é 27x19x20,99 cm, garantindo um formato adequado para a leitura e manuseio.

Tabela 5 – Orçamento para versão impressa do guia

Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Guia de <i>media training</i> para fontes oficiais de trabalho escravo no Brasil, papel couchê 150g, acabamento brochura, 26 páginas, formato fechado 27x19x20,99cm	1 unidade	R\$ 145,00	R\$ 145,00
Guia de <i>media training</i> para fontes oficiais de trabalho escravo no Brasil, papel couchê 150g, acabamento brochura, 26 páginas, formato fechado 27x19x20,99cm	100 unidades	R\$ 145,00	R\$14.500,00

Fonte: Própria (2025)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender a relação entre a mídia e as fontes oficiais sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, na questão da cobertura jornalística e produção das matérias do tema. A partir da análise documental de reportagens, além da pesquisa de campo realizada através de entrevista coletiva e arcabouço de referências teóricas, foi possível a percepção de algumas lacunas por parte das fontes oficiais e também das mídias analisadas ao tratar a questão como um problema estrutural e mais complexo, ou seja, tratar o trabalho análogo a escravidão como um todo e não um fato isolado.

Neste percurso, foi percebida a ausência de materiais específicos de *media training* para fontes oficiais de trabalho escravo. E com essa lacuna, foi então proposta a construção de um produto que fizesse sentido e atendesse às necessidades desse público. Neste contexto, o guia nasce como uma ferramenta essencial para aprimorar a comunicação das fontes, oferecendo estratégias práticas para entrevistas e interações com as mídias.

Neste espaço, foram apresentadas as definições do trabalho escravo contemporâneo nacional e no estado do Maranhão, como também da área de atuação das fontes entrevistadas. A pesquisa de campo foi um divisor de águas para a continuidade do trabalho, visto que os resultados mostraram que a necessidade do material era de suma importância para as instituições do estado e também do país.

A criação do primeiro Guia de *Media Training* para Fontes Oficiais do Trabalho Escravo no Brasil representa uma contribuição significativa para a melhoria da comunicação sobre o tema. Além disso, esperamos que o produto possa servir de referência para futuras pesquisas que envolvam a temática e que tal contribuição seja capaz de erradicar a escravidão contemporânea em todas as suas formas e “disfarces”, como bem escreveu Maria Firmina dos Reis, a pioneira na literatura antiescravista brasileira: “Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade!” Reis (1859, p.110).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Denúncias de trabalho análogo à escravidão batem recorde em 2024.** Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/denuncias-de-trabalho-analogo-a-escravidao-batem-ecorde-em-2024-3b30#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20dos,registradas%20536%2C1%20mil%20ocorr%C3%AAsncias>. Acesso em: 17 fev.2025

SMARTLAB. **Trabalho escravo no Brasil – Prevalência por localidade.** Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=prevalencia>. Acesso em: 17 FEV.2025

PALACIOS, Marcos. **O que há de (realmente) novo no jornalismo online?** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 143-152, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1336>. Acesso em: 17 FEV.2025

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e Técnica.** São Paulo: Atlas, 2003.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 29 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, de 28 de junho de 1930. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 15 fev.2025

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA).** São Luís: EDUFMA, 2009.

WALK FREE. Global Slavery Index 2023. Perth: Walk Free, 2023. Disponível em: <https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2023/05/17114737/Global-Slavery-Index-2023.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Maranhão. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 15 fev. 2025

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Cerca de 60 mil pessoas foram resgatadas de trabalho escravo no Brasil desde 1995.** 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/serie-smartlab-de-trabalho-decente-cerca-de-60-mil-pessoas-foram-resgatadas>. Acesso em: 15 fev.2025

BALES, Kevin. How to combat modern slavery. TED, 2010. Disponível em: https://www.ted.com/talks/kevin_bales_how_to_combat_modern_slavery?subtitle=pt-br. Acesso em: 16 fev. 2025.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extension of Man**. New York: McGraw-Hill, 1964.

SILVERSTONE, Roger. **Mediation and Communication**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorie delle comunicazioni di massa**. Roma: Bompiani, 1985.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf. Acesso em: 17 fev.2025

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

INTERNATIONAL JOURNALISTS' NETWORK (IJNet). **O trabalho de *media training* em tempo de redes sociais**. 2022. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-trabalho-de-media-training-em-tempo-de-redes-sociais#:~:text=A%20%C3%A1rea%20de%20Media%20Training,oportunidades%20de%20trabalho%20para%20jornalistas>. Acesso em: 16 de fev.2025

LIBRARY OF CONGRESS. **Fireside Chats**. Washington, D.C.: Library of Congress, [s.d.]. Disponível em: <https://www.loc.gov/static/programs/national-recording-preservation-board/document/s/FiresideChats.pdf>. Acesso em: 16 de fev.2025

SCHMITZ, Aldo. **Mídia Training: capacitação para fontes de notícias**. Florianópolis: Combook, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YSMSLrEIRcA8PR3-7GbQLKT8kL4_IC/view. Acesso em: 16 fev.2025

BRASIL. **Ministério da Justiça e Cidadania. Cartilha de *Media Training* do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kl0l4Lq1ChNM1eqWzm93KwuJQxMiqCcF/view>. Acesso em: 16 fev. 2025

MARANHÃO. **Primeiro Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo: plano de erradicação do trabalho escravo no Maranhão.** São Luís: Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, 2016. Disponível em: <https://coetrae.ma.gov.br/planos-estaduais>. Acesso em: 17 fev.2025

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-India/view. Acesso em: 16 fev.2025

WIKIPEDIA. **TV Mirante São Luís.** Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/TV_Mirante_S%C3%A3o_Lu%C3%ADs. Acesso em: 17 fev. 2025

Memória Globo. 2006 - **Lançamento do g1.** Disponível em: <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/2005-2014/noticia/2006-lancamento-do-g1.ghtml>. Acesso em: 17 fev.2025

REPÓRTER BRASIL. **Quem somos.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 fev.2025

REPÓRTER BRASIL. **Guia de Trabalho Escravo.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/guia/#Mais>. Acesso em: 17 fev.2025

RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes; CHAGAS, Paulo César; CORRÊA, Claudia Regina. **Pesquisa mediada pela internet: possibilidades de aplicação de entrevista online nas ciências da gestão.** Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56267645/511-1980-1-PB_2-libre.pdf. Acesso em:

COETRAE-RJ. **Como Comunicar a Escravidão Contemporânea.** Rio de Janeiro, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1p2fhjEDcFQUBV8xWUtoTn11d2mz0QULh>. Acesso em: 17 fev.2025

BORUTO: Naruto Next Generations. Episódio 18, **Um Dia na Vida da Família Uzumaki.** Direção de Hiroyuki Yamashita. Produção: Pierrot. Japão: TV Tokyo, 2017.

Apêndice

Apêndice A – Roteiro de perguntas aplicadas na entrevista online com representantes do combate ao trabalho escravo no Maranhão

1. Como costuma ser o seu relacionamento com as mídias? Existem algumas dificuldades? Se sim, enumerar as principais.
2. O que acham que poderia ajudá-los a ter um melhor desempenho durante as entrevistas?
3. Acreditam que um treinamento junto às assessorias de comunicação e/ou imprensa poderia ajudá-los?
4. Acreditam que um treinamento junto às assessorias de comunicação e/ou imprensa poderia ajudá-los?